

# A interpretação do

## GÊNESIS

# a partir do pensamento filosófico político de

## LEO STRAUSS

ELVIS DE OLIVEIRA MENDES

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma análise bem como uma interpretação do ensaio do filósofo político teuto americano Leo Strauss intitulado “On the interpretation of Genesis<sup>1</sup>”. Neste texto, elaborado para um ciclo de conferências patrocinado pela Universidade de Chicago e publicado posteriormente pela revista francesa *L’homme*, em 1981, Strauss efetua uma séria e rigorosa empreitada intelectual, em que exerce, sob um olhar investigativo, uma exegese do relato da gênese proposto pela Bíblia, ao termo da qual ele constata que, no âmago mesmo do “início do início”, há uma relação hostil entre filosofia e religião. A proposta fundamental de nosso artigo é, assim, explicitar a concepção de Strauss, desenvolvida no referido ensaio, de que, no interior do próprio texto bíblico do *Gênesis*, já se encontra presente, de maneira sutil, uma compreensão da natureza radicalmente pro-

blemático das relações entre filosofia e religião. Com efeito, o que o filósofo tenta mostrar é o fato de que, entre fé e razão, existe um antagonismo fundamental, antagonismo que se manifesta, segundo ele, já na forma pela qual devemos nos aproximar do texto bíblico. Neste sentido, Strauss considera que, uma vez que o texto bíblico pretende ser uma revelação e que, diante disto, a revelação é um milagre, é preciso, antes de qualquer coisa, que nos posicionemos quanto à possibilidade dos milagres em geral a fim de decidir em qual espírito ler a Bíblia.

Strauss, mostrará, porém, o caráter totalmente problemático de qualquer tentativa de solução para essa questão e acabará por se mostrar favorável à adoção de uma postura cética a respeito do assunto. Para ele, a razão, em última análise, não pode provar nem a possibilidade nem a impossibilidade dos milagres

serem verdadeiros, porque ela não pode provar nem a existência nem a inexistência de um Deus onipotente. É por isso que Strauss nos aconselha, portanto, a abordar a Bíblia em um estado de dúvida (Strauss, p 7). Ora, abordando o texto bíblico num estado de dúvida, Strauss tentará evidenciar o fato de que o relato da Bíblia não é completamente inteligível e que o Deus por ele apresentado é um Deus inescrutável. Segundo Strauss, a incompreensibilidade, à luz da razão, do relato bíblico, do Deus bíblico e da fé bíblica seriam coisas admitidas pela própria fé bíblica, uma vez que essa fé se julga válida apenas quando se choca contra “pesadas probabilidades” (*faith against heavy odds*). É por isso que o filósofo diz: “A Bíblia pretende refletir o inescrutável mistério dos caminhos de Deus, mistério que seria ímpio tentar compreender”.

Com isso, Strauss elabora uma compreensão radicalmente fideísta do estatuto do texto bíblico, que interpreta esse texto como fundamentalmente ininteligível e excluindo qualquer possibilidade de entendimento pelas luzes naturais da razão. Já aqui, pois, um indício da ideia straussiana de uma incompatibilidade radical entre fé e razão. Em outras palavras, Strauss vê no relato bíblico do gênesis uma clara proibição da filosofia, ao levar em consideração o caráter extremamente racional assim como subversivo e questionador da mesma. Neste sentido, Strauss encontra aí uma flagrante incompatibilidade ou uma aporia insolúvel entre religião e filosofia ou do que ele mesmo chamaria de “uma eterna guerra em Jerusalém e Atenas”<sup>2</sup>.

## O CARÁTER PROBLEMÁTICO NA RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO

Pensar teoria política para Leo Strauss é, sobretudo, pensar valores. Ora, se se pretende aqui refletir sobre valores do mundo ocidental, é necessário lembrar que tais valores são inequivocamente frutos oriundos de duas fontes,

a saber: a cultura hebraica, disseminada através dos escritos presentes na torá e na Bíblia cristã, e a sabedoria grega, que chegou até nosso tempo, através de historiadores e escritos filosóficos da antiguidade. Diante disto, Strauss afirma que o teórico político deve, portanto, ter uma ideia da concordância bem como da discordância entre o elemento bíblico e a herança grega (Strauss, 1981). Neste sentido, Strauss também faz questão de esclarecer mais adequadamente que não é um estudante da Bíblia e nem especialista nos estudos sobre a antiguidade grega, mas, sim, um cientista político especializado em teoria política. Portanto, depende de especialistas destas áreas para elaborar uma reflexão acerca de tal problemática. Ainda neste mesmo sentido, afirma Strauss se arriscar ao tentar entender algo sobre a Bíblia sem recorrer totalmente à exegese ou autoridades no assunto, como explicita nesta passagem;

*Todos os que trabalham na minha área tem que confiar na maioria das vezes no que os estudiosos bíblicos ou estudiosos clássicos lhe dizem sobre a Bíblia em uma direção e o pensamento grego em outra. Ainda assim, eu pensei que seria defensável se eu tentasse ver se eu não conseguiria entender alguma coisa da Bíblia, sem depender inteiramente do que as autoridades tanto contemporânea e tradicional me dizem (Strauss, p. 6).*

Strauss explica: “Eu ‘comecei com o começo’ porque esta escolha me parece ser minimamente arbitrária. Tenho sido solicitado para falar aqui sobre a Gênesis, ou melhor, sobre o início da Gênesis”. Para ele, dessa reflexão sobre o livro do Gênesis surgirão questionamentos fundamentais e decisivos para as futuras leituras da Bíblia, para a forma de se ler a Bíblia. Assim, para tal tarefa, Strauss levanta as seguintes questões: a Bíblia é uma obra da mente humana? Não é uma obra de Deus? A obra de Deus, da mente humana? (Strauss, 1981) Com

estas graves questões Strauss chama atenção para uma reflexão sobre as possibilidades de leitura da Bíblia. Neste contexto, o pensador aponta para um risco: se a Bíblia é uma obra da mente humana, então pode ser lida como qualquer outro livro (Strauss, 1981). Ele observa que, se consideramos a Bíblia como uma obra produzida pelo espírito humano, deve-se lê-la como lemos o livro de qualquer outro autor, isto é, com a disposição de discordar de suas afirmações. Por outro lado, se a Bíblia é a obra de Deus, deve ser lida de forma completamente diferente que lemos os livros “humanos”, deve ser lida com espírito de submissão e reverência (Strauss, 1981).

Com base no que foi anteriormente afirmado por Strauss se conclui que apenas o indivíduo crédulo entenderia a Bíblia. Porém, na contramão do que foi afirmado, o que se percebe é que na visão atual, própria de um mundo secular, o descrente pode entender a Bíblia tão bem quanto o crente. O que em certo sentido mostra duas formas de se significar a Bíblia. Neste contexto sabe-se que a Bíblia sempre foi vista como um documento de revelação. Entretanto, na atualidade ela é vista como um grande relato humano de suma importância para a história. Com efeito, sendo a Bíblia um livro que fala sobre revelação e milagres, nem o leitor crente nem o leitor descrente têm como afirmar de forma inteligível se há ou não verdade nos relatos nela presentes. Do surgimento desta “aporia” Strauss faz algumas considerações que levantarão uma reflexão acerca da relação entre fé e razão, religião e filosofia, Atenas e Jerusalém<sup>3</sup>.

Inicialmente Strauss se propõe pensar um problema que se mostra extremamente intrigante: a questão da “onipotência” de Deus. Neste sentido, na atualidade é plausível se afirmar que “Deus, como ser onipotente, não existe”. Strauss discorda desta posição: para ele não temos suporte para tal afirmação, a experiência não dá conta de resolver tal problema Indubitavelmente, e é o

caráter improvável da Bíblia que possibilita a sua elevação ao “status de mistério”. De toda sorte, para Strauss, são as contradições que fazem do Deus professado por Abraão algo que está para além da razão grega. Como aparece de forma muito clara no texto:

*Mas todo criticismo deste tipo pressupõe que é de todo possível falar de Deus sem fazer declarações contraditórias. Se Deus é incompreensível e ainda não desconhecido, e isso está implícito na idéia de onipotência de Deus, é impossível falar de Deus sem fazer declarações contraditórias sobre ele. O Deus compreensível, o Deus em quem podemos falar, sem fazer contradições, que podemos dizer é o Deus de Aristóteles e não o Deus de Abraão, Isaac e Jacó (Strauss, p. 7).*

Diante disto surge outro impasse, que pelo que parece nenhum sistema filosófico conseguiu resolver. É o que mostra Strauss, quando afirma que, “se é verdadeiro que a razão humana não consegue provar a não existência de Deus como um ser onipotente então, eu acredito, é igualmente verdadeiro que a razão humana não consegue estabelecer a existência de Deus como um ser onipotente” (Strauss, 1981). Desta forma, Strauss parece reafirmar uma condição de vulnerabilidade intelectual à qual o homem como ser finito está “preso”, e é no seio destas dúvidas ou da ausência de respostas compreensíveis que Strauss aponta para um aspecto intrínseco da condição humana, que nenhum fato histórico pode mudar, a saber: o fato de o homem se encontrar desde sempre inserido em um “todo”, o fato de o homem se descobrir como parte de uma totalidade que, em sua imutabilidade, compreende tudo que se encontra no céu e na terra e é a condição de toda mudança histórica. É o que nos mostra esta passagem:

*Isso pressupõe que há uma situação fundamental do homem como homem, que não é afetado por*

*qualquer mudança, qualquer chamada mudança histórica em particular. É situação fundamental do homem dentro do todo - dentro de um todo que é tão pouco sujeito a mudança histórica que é uma condição de cada possível mudança histórica. Mas como sabemos que há este todo? Se soubermos isso, podemos saber que só a partir do que podemos chamar o mundo fenomênico, o todo dado, o todo que é dado de forma permanente, como permanentemente como são os seres humanos, o todo que é realizado em conjunto e constituído pela abóbada do céu e compreendendo o céu e a terra e todo o que está dentro do céu, na terra e entre o céu e a terra. Todo pensamento humano, e todo o pensamento humano ou divino, que se destina a ser compreendido por seres humanos quer queira quer não começa com este conjunto, o todo dado permanentemente que todos nós conhecemos e que os homens sempre sabem. A Bíblia começa com a articulação do todo dado permanentemente, esta é uma articulação do todo dado permanentemente entre muitas tais articulações (Strauss, p. 7).*

Daqui Strauss levanta uma questão que demonstra um problema inicial que diz respeito às relações entre filosofia e religião, ainda no contexto do livro do Gênesis. Ora se o Gênesis pretende descrever o início de tudo, e se no início do início era o nada e Deus criou o céu e a terra, quem disse isso? Neste ponto, surge um silêncio, uma lacuna. Strauss faz a seguinte pergunta: este silêncio sobre o narrador no início da Bíblia é devido ao fato de que não faz uma diferença quem disse isto? Isto seria uma razão de filósofo. É também a razão bíblica (Strauss, 1981)? Neste contexto Strauss enfatiza que nós não temos como saber isso, porque, na visão tradicional da Bíblia, quando Deus é apresentado como narrador, usa-se a expressão “e Deus disse”, porém, isto não é dito no começo. Todavia, poder-se-ia pensar que a parte inicial do Gênesis é narrada por um “homem sem nome”,

mas mesmo assim, não se pode afirmar isso, pois não houve nenhuma “testemunha ocular da criação”, com exceção do próprio Deus. Portanto, neste contexto Strauss afirma que não podemos assumir isto como absoluto, o que ainda neste mesmo sentido mostra que a leitura do primeiro capítulo do Gênesis não pode ser feita de maneira inteligível ou racional. Com efeito, para dar validade a essas afirmações vejamos uma análise feita por Strauss exposta no texto:

*No princípio, Deus criou o céu e a terra, e a terra era sem forma e vazia, e havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.” Ao que parece, se tomarmos isso literalmente, que a Terra na sua forma primitiva, sem forma e vazia, não foi criada, a criação foi a formação, em vez de criação a partir do nada. E o que significa que o espírito se movia sobre a face das águas? E o que significa “ao largo”, que é, talvez, um resíduo de certas histórias babilônicas, significa? Além disso, se no princípio Deus criou o céu e a terra, e todas as outras coisas em seis dias, os dias não podem ser dias, no sentido comum, pois os dias no sentido comum são determinados pelos movimentos do sol. No entanto, o sol foi criado somente no quarto dia da criação (Strauss, p. 8).*

A partir dessas indagações, Strauss chega à constatação de que, pelo fato desses relatos se encontrarem apresentados desta forma obscura, a maioria das pessoas os reduzem a categoria de “conto mítico”. Strauss acredita que se deve analisar a questão por um outro caminho, porque, segundo ele, apesar de certa obscuridade, algumas coisas citadas no relato são conhecidas por nós. Para tentar outro caminho de entendimento, Strauss analisa o primeiro capítulo do Gênesis e observa que a palavra hebraica usada para “criação” só é direcionada a “Deus”. Enfatiza ainda que a palavra *bara* é também usada como sinônimo

da palavra hebraica para “fazer ou produzir”, que é *asah*. Neste sentido, deve-se observar também que os termos “produzir” ou “fazer” têm sentidos diferentes que neste momento não estão ligados a seres humanos. Como, por exemplo, no seguinte caso:

*A árvore produz fruta, que tipo de produção é essa? A fruta é originada inteiramente pela árvore e com isto foi originada no interior da árvore”. “Segundo, a fruta não tem a aparência ou o aspecto de uma árvore”. E “terceiro, a fruta é um produto completo e acabado (Strauss, 1981).*

Assim com base nos exemplos expostos, pode-se pensar que a criação pode ter alguma semelhança com este tipo de produção.

Strauss analisa o fato de que a criação nos leva à ideia de “separação”, porém, as ações humanas não surgem separadas dos seres humanos: ação e produção possuem a mesma palavra em hebraico. Afirma Strauss que este termo é mencionado de forma explícita cinco vezes e nestas cinco vezes implicitamente com a expressão “segundo seu tipo” (*After its kind*), a qual, neste caso, significa distinção ou separação de um tipo ou espécie do outro. “criação é a produção de coisas separadas de espécies de plantas, animais e assim por diante”. Com efeito, a partir daqui entraremos em uma problemática ainda mais árdua de ser compreendida, segundo Strauss: o fato da narrativa do início da Bíblia falar sobre o momento anterior ao da criação do sol (o 4º dia) e nesse período foi criado o mundo vegetal (o 3º dia). No tocante ao que já foi dito, a partir do ponto de vista que a terra antecede todas as outras criações e o mundo vegetal “contorna a terra como uma pele”, então não é separado.

*O mundo vegetal é criado no mesmo dia em que a terra e os mares são criados, o terceiro dia é o dia da dupla criação. Na maioria dos*

*seis casos, uma coisa ou um conjunto de coisas é criado. Apenas no terceiro dia e no sexto dia existem duplas criações. No sexto dia, os animais selvagens terrestres e o homem são criados (Strauss, p. 10).*

Strauss localiza aqui um “paralelo” no relato bíblico. Desta forma, aponta para forma em que a narrativa do Gênesis está racionalmente organizada como ele mesmo explica claramente:

*Parece haver aqui uma espécie de paralelismo no relato bíblico. Há duas séries de criação, cada um dos três dias. A primeira começa com a criação de luz, a segunda com a do sol. Ambas as séries terminam com uma criação dupla. A primeira metade termina com o mundo vegetal, a segunda metade termina com o homem (Strauss, p. 10)*

Assim, o relato da criação se mostra como um complexo processo de produção e separação das coisas, como já foi mencionado anteriormente. O que neste sentido se torna inteligível é que a luz inaugura a primeira metade do ciclo da criação, o que torna também racional e inteligível que o sol inaugure a segunda metade da criação. A luz e o sol possuem, por assim dizer, um inegável “parentesco”, o que, para Strauss, levanta uma questão: “poderia a segunda metade da criação ter um princípio próprio, um princípio diferente da luz ou separação ou distinção”? Para Strauss é completamente razoável a forma em que se encontra dividido o relato da criação: a primeira parte, isto é, o primeiros três dias, são caracterizados por um processo de “distinção e separação”, e a segunda parte, compreendendo o 4º, 5º e 6º dias, por sua vez, é marcada pelo aparecimento do “movimento local”. Portanto, o autor estabelece uma organização racional para o relato bíblico da criação, mostrando que o mesmo tem um objetivo ou uma mensagem compreensível.

## A CRIAÇÃO COMO UM PROCESSO “PARALELO”

Uma vez tendo chegado à constatação deste “paralelismo”, é importante lembrar que para Strauss “a separação ou distinção é preservada na ideia, subjacente à segunda parte, chamada ‘movimento local’, o qual deve ser compreendido, em outras palavras, como uma forma maior de separação” (Strauss, 1981). Ou seja, para Strauss, se “criação” equivale à “separação”, o “movimento local”, que aparece na segunda parte do relato da criação, pode ser compreendido como uma forma de separação mais significativa. Nessa segunda parte, “a criação dos corpos celestes vem acompanhada da criação dos animais aquáticos e pássaros”, criaturas que Deus abençoou primeiramente com a seguinte admoestação: “sejam frutíferas e multipliquem-se” (Be fruitful and multiply). Deus dirige-se a essas criaturas utilizando a segunda pessoa, diferentemente do que acontecia no relato da criação da terra. Além disso, Strauss chama atenção para o fato de que estes animais e os corpos celestes têm como característica fundamental a capacidade de se deslocar ou mudar de lugar; no entanto, enquanto os corpos celestes (a lua, o sol, as estrelas) não podem alterar os seus cursos, os animais o podem, manifestando assim uma capacidade ainda maior de movimento. No ápice desse processo, ocorre, enfim, a criação do homem, o único ser que é colocado como imagem de Deus e que mais que qualquer outro ser pode se mover ou se deslocar, afastando-se do que seria o seu “reto caminho”. Fato este que demonstra mais explicitamente um “paralelo” já citado anteriormente, presente aqui no fato de que uma planta é apenas uma criatura criada e o homem é uma criatura que cria (Deeds Making). Diante disto, o homem parece possuir um status mais elevado no contexto da criação frente a outras criaturas.

Desta forma Strauss insiste no indicio de que o relato da criação está dividido em duas partes ou dois momentos, o que, neste sentido, nos leva a um “dualismo fundamental”. (p 12) O autor pensa este dualismo na seguinte perspectiva: “coisas que são diferentes de outras coisas sem possuir a capacidade de movimento local, e coisas que são diferentes das outras e têm capacidade de movimento local”.(p 12) Para ele, este “dualismo fundamental” está formulado na ideia da existência de dois tipos de separação: “distinção e alteridade”, por um lado, e movimento local, por outro. De toda sorte, Strauss dá continuidade à sua reflexão levantando a um outro problema ligado, segundo ele, a um outro dualismo. Para isto, Strauss cita o vigésimo verso; “e Deus criou o homem à sua imagem, à sua imagem, à imagem de Deus, Deus o criou, macho e fêmea, ele os criou”. De fato, esta difícil sentença pode ser encontrada em várias cosmogonias, como o próprio pensador afirma em seu texto; entretanto, macho e fêmea são gêneros de substantivos que parecem corresponder ao gênero masculino e feminino de todas as coisas, e isto conduziria à suposição de dois princípios: um macho e uma fêmea, um grandioso Deus e uma grandiosa Deusa. (p 13) Porém, como se sabe a Bíblia descarta esta possibilidade a partir da premissa de que o dualismo “macho e fêmea” está inscrito na figura de um Deus uno. Assim a menção bíblica no que concerne a esta distinção só diz respeito ao homem, isto é, não são características atribuídas de forma universal.

Em meio a tudo isto, Strauss alerta para uma outra questão importante nesse contexto inicial do *Gênesis*, a saber, a de que as “criaturas” descritas no relato da Bíblia não são seres “míticos”. Muito pelo contrario, diz Strauss, elas são seres bem conhecidos por nós. Neste sentido, para ele, deve-se considerar uma “ordem da criação”. A luz é a primeira coisa criada e com a luz são criadas algumas coisas que não possuem lugar. Strauss destaca, nesse

sentido, que “todas as criaturas posteriores têm um lugar”. Neste mesmo contexto ele observa que “algumas coisas que têm um lugar não consistem de partes heterogêneas, céu, terra, mares”, partes heterogêneas designando “espécies ou indivíduos”. (p 13) Ora, se há esta clara distinção entre lugar ou região e espécies e indivíduos como já fora explicitado no texto, de fato os lugares ou regiões são preenchidos por espécies e indivíduos. E por assim dizer um lugar que está dentro de uma região não possui movimento local. Diante destas constatações Strauss chega a uma conclusão parcial segundo a qual o primeiro capítulo da gênese funciona como procedimento de “*diáiresis*”<sup>4</sup>.

Portanto “estas considerações mostram o quanto é irracional falar do caráter mítico ou pré-lógico do relato bíblico” (p 14). Ainda neste mesmo sentido, Strauss não vê diferença entre os relatos bíblicos do primeiro capítulo do Gênesis e os relatos filosóficos. De fato, afirma Strauss, “aquele relato é baseado em distinções evidentes que são tão acessíveis para nós quanto eram para o autor bíblico. Onde pode-se entender que este relato e estas distinções são acessíveis ao homem como homem”. Assim, para Strauss, o que se encontra na Bíblia é uma “cosmogonia”, uma articulação do todo ou do mundo, isto é, uma “cosmologia”. Por sua vez tudo que diz respeito a esse relato bíblico inicial independe de fatores particulares como clima, origem, religião ou qualquer outro. Por ser assim, questões como: de que forma separar “luz” de “sol”? Porém, o texto alerta para uma questão de sentido, para a possibilidade das palavras no relato bíblico terem outro sentido ou até um sentido próprio. Para tal reflexão Strauss analisa mais adequadamente a palavra “Mundo”. Esta não aparece na Bíblia, a Bíblia hebraica diz “céu e terra” onde diríamos ordinariamente “mundo”, considera Strauss. No hebraico a palavra mundo tem um sentido diferente, ressalva o texto: ela significa “era

uma vez”, designando o passado remoto ou o tempo anterior. Mas também pode significar “uma vez” no futuro, “por todos os tempos”, “permanente”. Portanto, a palavra hebraica para mundo significa em um sentido primevo algo ligado ao tempo ou temporalidade.

## O RELATO BÍBLICO DO GÊNESIS COMO UMA “CONDENAÇÃO À FILOSOFIA”

Strauss, por sua vez, lembra que uma característica que não consideramos é a distinção que está presente no relato bíblico aqui analisado, entre as coisas que são nomeadas por Deus: “umas são chamadas de boas e outras não são chamadas de boas por Deus”. Como se explica no texto, “dia” é nomeado como “luz”, “noite” como “escuridão” (p 15), assim como céu, terra e mares, observa Strauss. Todas as outras coisas são nomeadas pelo homem, exceto o céu e o próprio homem que, como já foi observado, parece ser colocado em uma condição diferente no processo da criação. Este foi criado à imagem de deus e abençoado pelo mesmo como também já foi falado aqui. Diante dessas e outras observações percebe-se uma “profunda oposição entre a Bíblia e a cosmologia”, isto é, entre a Bíblia e a filosofia. De fato a Bíblia se distingue da filosofia por que a Bíblia por sua vez, não se caracteriza por argumentos e sim por afirmações. Neste sentido Strauss faz o seguinte questionamento: “Como sabemos que o mundo foi criado”? E ele mesmo responde; “nós sabemos isso em virtude de uma declaração, pura e simples...” Strauss deseja mostrar essa realidade abissal que separa o relato bíblico do caráter filosófico do conhecimento.

Por ser assim, se constata que o relato do primeiro capítulo da gênese é um relato de distinção das coisas que o homem já conhece. Isto é, Strauss considera que o primeiro relato

da criação do *Gênesis*, baseando-se em dicotomias de coisas que o homem conhece, é, em grande medida, perfeitamente compreensível e, portanto, racional. Ele é uma forma de cosmologia. O que nesse relato não é compreensível é a declaração de que o mundo foi criado por Deus. É isso que escapa à razão.

Ainda neste mesmo contexto, outro aspecto fundamental que Strauss observa é o de que o relato da gênese além de ser uma condenação dada à filosofia, pelo seu espírito subversivo e transgressor genuíno de sua prática. Segundo Strauss outra prova clara deste antagonismo entre religião e filosofia, ou melhor, entre Jerusalém e Atenas é o fato do relato bíblico desqualificar as cosmologias não bíblicas e desta forma, por ser assim, quando desvalorizou os céus o relato bíblico inverteu a importância dos astros. Portanto, enquanto a filosofia se propõe ser um conhecimento racional da ordem do mundo e da natureza de todas as coisas. Por outro lado,

os relatos presentes na gênese bíblica questionam a cosmologia, assim como questionam a pretensão humana do conhecimento do bem e do mal ou participação de algo que escape ou fuja a racionalidade humana, isto é, da revelação de um Deus ou dos deuses.

Portanto, em suma, o que Strauss tenta mostrar é de fato que já no início da Bíblia é estabelecido uma radical oposição entre religião e filosofia, ou melhor, entre fé e razão, que se mostra “nas entre linhas” no primeiro relato bíblico e inevitavelmente nos leva uma grave aporia como já foi dito aqui. Por esta via, Strauss enfatiza a existência de uma clara ambivalência entre seguir uma vida de “amor e obediência” ou uma vida de “livre pensamento”. Neste sentido, Strauss tem uma postura totalmente fideísta e vê esse conflito entre fé e razão como necessário, assim como flagrante e peremptório nos escritos bíblicos.

■ Contextura

## NOTAS

1. STRAUSS, L. On the Interpretation of Genesis. In: *L'Homme*, 1981, tome 21, n°1, pp. 5-20.
2. STRAUSS, L. *Studies in Platonic Political Philosophy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983, pp. 147 – 173.
3. DRURY, S. *The Political Ideas of Leo Strauss*. Updated Edition. Lexington: Palgrave Macmillan, 2005 (1987) pp. 37 – 60.
4. Conceito presente no pensamento platônico, com o significado de “divisão por dois”.

## REFERÊNCIAS

- DRURY, S. *The Political Ideas of Leo Strauss*. Updated Edition. Lexington: Palgrave Macmillan, 2005 (1987).
- MEIER, H. *Strauss and the Theologico-Political Problem*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MILLER, E. F. “Leo Strauss: a recuperação da filosofia política”. In CRESPIGNY, A. de; MINOGUE, K. R. *Filosofia política contemporânea*. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora UnB, 1982.

STRAUSS, L. *Natural Right and History*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971 (1953).  
Tradução portuguesa de Miguel Morgado: *Direito natural e história*. Lisboa: Edições 70, 2009.

\_\_\_\_\_. *On the Interpretation of Genesis*. In: *L'Homme*, 1981, tome 21 n°1. pp. 5-20.

\_\_\_\_\_. *Persecution and The Art of Writing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *Studies in Platonic Political Philosophy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

\_\_\_\_\_. *What is Political Philosophy? And Other Studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988 (1959).